



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RAIANE SILVA NUNES

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise na Escola Municipal de
Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará.**

ITAITUBA – PARÁ

2026

RAIANE SILVA NUNES

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise na Escola Municipal de
Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba
para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Profª Esp.: Edilane da Silva Melo.

ITAITUBA – PARÁ

2026

RAIANE SILVA NUNES

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise na Escola Municipal de
Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba
para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Profª Esp.: Edilane da Silva Melo.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Profª Edilane da Silva Melo, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº, Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profª Thais Alessandra Andrade Silva Oliveira, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

Maria Teresa Eglér Mantoan

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos concedidas ao longo desta caminhada. Sou grata, Senhor, por me proporcionar saúde, força e sabedoria para concluir esta jornada acadêmica e alcançar mais essa vitória em minha vida.

Agradeço à minha família, que sempre foi meu alicerce e minha base. Em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis, estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, amor e incentivo. De forma especial, ao meu esposo, **Diones Silva**, que nunca me deixou desistir, estando presente em todos os momentos, me fortalecendo e acreditando em mim. Aos meus filhos, **Maria Elisa**, **Davi Lorenzo** e **Júlia**, vocês são minha maior motivação para seguir em frente e lutar pelos meus objetivos.

Aos meus pais e familiares, em especial à minha mãe, **Railda**, e à minha sogra, **Rosária**, minha profunda gratidão pelo apoio constante, pelo cuidado e carinho dedicados aos meus filhos, permitindo que eu pudesse me dedicar aos estudos com mais tranquilidade.

À FAI – Faculdade de Itaituba, pela oportunidade de realização deste curso e por proporcionar um ambiente que contribuiu significativamente para o meu crescimento intelectual e pessoal. Aos professores do curso, agradeço pelos ensinamentos e pela base teórica e prática essencial para minha formação.

À minha orientadora, professora **Edilane Melo**, expresso minha sincera gratidão pela orientação dedicada, pela paciência e pelo compartilhamento de seus conhecimentos, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Os desafios da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma análise na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba–Pará”, tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a inclusão vem sendo desenvolvida na prática pedagógica, considerando as dificuldades encontradas pelos docentes e as condições oferecidas pela instituição de ensino para atender os alunos público-alvo da Educação Especial. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu mediante a aplicação de questionários a seis professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da escola investigada. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, possibilitando a organização e interpretação das informações à luz do referencial teórico. Os resultados evidenciaram que a maioria dos docentes já possui experiência com alunos da Educação Especial, porém enfrentam desafios significativos, como a insuficiência de formação inicial e continuada, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, turmas numerosas, ausência de equipe multiprofissional e dificuldades na adaptação curricular. Apesar disso, os professores demonstram empenho em desenvolver práticas inclusivas, utilizando estratégias diversificadas para atender às necessidades dos alunos. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva ainda demanda avanços, especialmente no que se refere à formação docente, investimentos em recursos e fortalecimento das políticas públicas. Dessa forma, destaca-se a importância de ações integradas que promovam melhorias no contexto escolar, visando garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos os estudantes.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This Final Course Project, entitled “The Challenges of Special Education in the Early Years of Elementary School: An Analysis at the Antônio Gonzaga Barros Municipal Elementary School in Itaituba, Pará,” aims to analyze the main challenges faced by teachers in implementing inclusive education in the school context. The relevance of the research is justified by the need to understand how inclusion is being developed in pedagogical practice, considering the difficulties encountered by teachers and the conditions offered by the educational institution to serve students who are the target audience of Special Education. Methodologically, this is a qualitative research study, of an exploratory and descriptive nature, carried out through bibliographic research and field research. Data collection occurred through the application of questionnaires to six teachers of the early years of Elementary School at the investigated school. The data were analyzed based on the content analysis technique, allowing the organization and interpretation of the information in light of the theoretical framework. The results showed that most teachers already have experience with students with special educational needs, but they face significant challenges, such as insufficient initial and continuing training, a scarcity of adapted teaching resources, large class sizes, the absence of a multidisciplinary team, and difficulties in curriculum adaptation. Despite this, teachers demonstrate commitment to developing inclusive practices, using diverse strategies to meet the needs of students. It is concluded that the effective implementation of inclusive education still requires progress, especially regarding teacher training, investment in resources, and the strengthening of public policies. Therefore, the importance of integrated actions that promote improvements in the school context is highlighted, aiming to guarantee a quality, equitable, and inclusive education for all students.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. Teacher Training. Pedagogical Practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Categorias estabelecidas de deficiência/transtorno.....	15
Quadro 02:	Marcos histórico da Educação Especial no Brasil.....	17
Quadro 03:	Você já atuou ou atua com alunos público-alvo da Educação Especial? Justifique sua resposta.	35
Quadro 04:	Você considera que recebeu formação inicial adequada para trabalhar com Educação Especial?	37
Quadro 05:	A escola oferece formação continuada voltada à Educação Inclusiva? Justifique sua resposta.	38
Quadro 06:	A escola dispõe de recursos pedagógicos adaptados suficientes para atender os alunos da Educação Especial?.....	40
Quadro 07:	Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos da Educação Especial nos anos iniciais?.....	41
Quadro 08:	Como você organiza e adapta sua prática pedagógica para promover a inclusão desses alunos?	42
Quadro 09:	De que forma o apoio da equipe escolar contribui para o seu trabalho?	44
Quadro 10:	Como você avalia o processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial?	45
Quadro 11:	Em sua opinião, quais fatores dificultam a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais?	47
Quadro 12:	Que melhorias você considera necessárias para fortalecer a Educação Especial na sua escola?.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	13
2.2	ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	19
2.3	FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	24
2.4	PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ENSINO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	27
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	30
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	32
3.3	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	33
4	RESULTADOS.....	35
4.1	ANÁLISE DA PESQUISA.....	35
4.2	PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais desafios e compromissos das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. Nesse contexto, a presente monografia tem como tema “Os desafios da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma análise na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará”, buscando compreender como a inclusão escolar vem sendo efetivada no cotidiano da referida instituição de ensino.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de analisar as condições reais de implementação da Educação Especial em uma escola pública, considerando os aspectos pedagógicos, estruturais e formativos que influenciam diretamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial. Além disso, a pesquisa contribui para a reflexão sobre a prática docente e para a proposição de estratégias que possam fortalecer a inclusão escolar, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, conforme preconizam as políticas educacionais vigentes.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os principais desafios enfrentados pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na efetivação da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Como objetivos específicos, busca-se identificar o nível de formação dos docentes para atuação com alunos com deficiência, verificar a disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados, compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas, analisar o apoio institucional oferecido pela escola e apontar possíveis propostas de intervenção que contribuam para a melhoria do processo inclusivo.

Para orientar o desenvolvimento da pesquisa, foram definidas as seguintes questões norteadoras: Como os professores dos anos iniciais atuam frente às demandas da Educação Especial? A formação inicial e continuada tem sido suficiente para atender às exigências da inclusão escolar? A escola dispõe de recursos pedagógicos adequados para atender os alunos com necessidades educacionais especiais? Quais são os principais desafios enfrentados pelos

docentes nesse contexto? E quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer a inclusão escolar na instituição investigada?

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender a realidade investigada a partir da análise das percepções e experiências dos sujeitos envolvidos. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em autores que discutem a Educação Especial e a inclusão escolar, tais como Mantoan (2003; 2006), Mittler (2003), Glat (2007), Mendes (2010), entre outros, os quais contribuíram para a fundamentação teórica do estudo. Posteriormente, desenvolveu-se uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, localizada no município de Itaituba-PA, na qual foram aplicados questionários a seis professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados coletados foram analisados à luz da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a organização e interpretação das informações obtidas.

A fundamentação teórica deste trabalho aborda, inicialmente, uma perspectiva histórica da Educação Especial, evidenciando sua evolução ao longo do tempo e as transformações ocorridas nas concepções de atendimento às pessoas com deficiência. Em seguida, são discutidos os aspectos legais que regem a Educação Especial no Brasil, com destaque para a legislação vigente que assegura o direito à educação inclusiva. O estudo também contempla a análise da formação docente e dos desafios enfrentados pelos professores na inclusão de estudantes com deficiência, bem como a discussão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo educativo.

No que se refere à organização estrutural, este trabalho está dividido em seções que visam facilitar a compreensão do leitor. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica, composta pela abordagem histórica da Educação Especial, os aspectos legais no Brasil, a formação docente e os desafios da inclusão escolar, além das práticas pedagógicas voltadas aos alunos com necessidades educacionais especiais. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, incluindo a caracterização da escola e o perfil dos participantes da pesquisa. Posteriormente, expõem-se os resultados obtidos, seguidos da análise dos dados coletados, na qual são discutidos os principais achados da pesquisa à luz do

referencial teórico. Por fim, são apresentadas as propostas de intervenção, com sugestões de melhorias para fortalecer a Educação Especial na escola investigada.

Assim, esta pesquisa busca contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, evidenciando seus desafios e possibilidades, bem como apontando caminhos que favoreçam a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, a deficiência foi compreendida a partir de concepções religiosas, místicas e sem base científica. Muitas vezes, era vista como castigo divino ou sinal de imperfeição humana. Essa visão contribuiu para a exclusão social das pessoas com deficiência e para a ausência de propostas educacionais destinadas a esse público. Somente com o avanço científico essas concepções começaram a ser transformadas.

Conforme destaca Mazzotta (1996), até o século XVIII a compreensão da deficiência era fortemente influenciada por concepções religiosas e culturais que vinculavam a perfeição humana à imagem divina. Nesse contexto, a idéia predominante era de que o ser humano, por ser criado à imagem e semelhança de Deus, deveria apresentar perfeição física e mental. Dessa forma, indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência eram considerados imperfeitos e, conseqüentemente, colocados à margem da sociedade e da própria condição humana.

Segundo Mazzotta (1996), essa visão contribuiu para a exclusão social das pessoas com deficiência, uma vez que o conceito de diferenças individuais ainda não era compreendido ou valorizado. A ausência de fundamentos científicos para explicar tais condições reforçava práticas de segregação e marginalização, impedindo o desenvolvimento de propostas educacionais sistematizadas voltadas a esse público.

A transformação dessa concepção ocorreu gradativamente a partir das mudanças estruturais nos sistemas econômicos e sociais, especialmente com o avanço do pensamento científico e das transformações sociais decorrentes da modernidade. Essas mudanças possibilitaram a ampliação do debate sobre os direitos das pessoas com deficiência e favoreceram o surgimento de iniciativas voltadas à construção de conhecimentos e práticas destinadas à melhoria das condições de vida desse grupo social (MAZZOTTA, 1996).

Nesse processo histórico, diferentes terminologias foram utilizadas para designar o campo de estudos e atendimento às pessoas com deficiência. Até o século XIX, expressões como *Pedagogia dos Anormais*, *Pedagogia Teratológica*,

Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social e Pedagogia Emendativa eram frequentemente empregadas para se referir às práticas educacionais destinadas a esse público. Essas denominações refletem a influência de perspectivas médicas e assistencialistas que predominavam na época. Em muitos casos, o atendimento oferecido possuía caráter mais assistencial ou terapêutico do que propriamente educacional, envolvendo práticas como abrigo, cuidado e tratamento médico (MAZZOTTA, 1996). Por essa razão, o autor destaca a necessidade de cautela na elaboração e implementação de ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência, de modo que tais iniciativas estejam fundamentadas em princípios pedagógicos consistentes.

Entre os séculos XVII e XIX, diversas figuras históricas contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Educação Especial. Um dos primeiros registros importantes foi à obra publicada em 1620 por Juan Pablo Bonet, considerada o primeiro livro dedicado à educação de pessoas surdas, intitulado *Reducción de las Letras y Arte para Enseñar a Hablar a los Mudos*. Posteriormente, no século XVIII, o educador francês Charles-Michel de l'Épée fundou, em 1770, na França, a primeira instituição especializada para a educação de surdos-mudos, além de desenvolver o método de comunicação por sinais. Sua obra mais relevante, *A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos*, foi publicada em 1776.

No campo da educação de pessoas com deficiência visual, destaca-se o trabalho de Valentin Haüy, responsável pela fundação, em 1784, do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, em Paris. Posteriormente, um de seus estudantes, Louis Braille, desenvolveu em 1829 o sistema de leitura e escrita tátil conhecido como Braille, que revolucionou o acesso das pessoas cegas à educação e ao conhecimento.

Nos Estados Unidos, outro marco relevante foi a criação da primeira escola pública para surdos, fundada em 1817 na cidade de West Hartford, Connecticut, pelo reverendo Thomas Hopkins Gallaudet. A instituição, conhecida como American School for the Deaf, tornou-se referência no atendimento educacional a pessoas com deficiência auditiva.

Apesar desses avanços, as concepções sobre deficiência permaneceram fortemente influenciadas por perspectivas médicas até meados do século XX. De acordo com Coll(2004), até a primeira metade do século XX a deficiência era frequentemente compreendida como resultado de fatores hereditários ou genéticos

imutáveis. Nesse período, acreditava-se que indivíduos que nasciam com déficits sensoriais, físicos ou intelectuais estariam permanentemente limitados por essas condições.

Essa perspectiva contribuiu para a consolidação de um modelo médico de compreensão da deficiência, no qual as diferentes condições eram classificadas, catalogadas e diagnosticadas principalmente por profissionais da área da saúde. Como consequência, muitas deficiências passaram a ser tratadas prioritariamente como doenças ou distúrbios, reforçando práticas de segregação e institucionalização.

Somente com o avanço das discussões educacionais, sociais e políticas ao longo do século XX é que novas concepções começaram a emergir, reconhecendo a deficiência não apenas como uma condição individual, mas também como resultado das barreiras sociais e educacionais impostas às pessoas que apresentam determinadas limitações.

Ao longo dos anos, embora as categorias utilizadas para classificar as deficiências tenham sofrido modificações, a compreensão predominante ainda estava fundamentada em uma perspectiva organicista. Nessa concepção, a deficiência era entendida como uma condição biológica ou patológica do indivíduo, considerada estática e com reduzidas possibilidades de mudança, mesmo diante de intervenções terapêuticas prolongadas. Dessa forma, as classificações enfatizavam aspectos médicos e diagnósticos, reforçando uma visão centrada nas limitações do sujeito. A seguir, apresenta-se um quadro adaptado de Coll e colaboradores (2004, p. 16), que reúne algumas das principais categorias utilizadas para designar a deficiência no período compreendido entre 1886 e 1981.

QUADRO1: Categorias estabelecidas de deficiência/transtorno. **Fonte:** Adaptada de Domingues (2009)

Ano	Terminologias / Classificações Utilizadas
1886	Idiota; Imbecil; Cego; Surdo; Epilético; Deficiente
1899	Idiota; Imbecil; Imbecil Moral; Cego; Surdo; Epilético; Deficiente Mental
1913	Subnormal grave; Cego; Amblíope; Surdo; Hipoacústico; Epilético
1945	Subnormal educável; Subnormal grave; Psicopata; Hipoacústico
1962	Subnormal educável (grave); Cego; Amblíope; Surdo; Hipoacústico; Epilético
1970	Subnormal educável (leve ou moderado); Criança com dificuldade de aprendizagem (grave); Cego; Amblíope; Surdo; Hipoacústico; Epilético
1981	Criança com dificuldades de aprendizagem (leve ou moderado); Deficiente físico; Inadaptado; Limitado fisicamente; Defeito de fala; Delicado; Diabético; Dislético; Autista; Necessidades Educativas Especiais

É notória a evolução histórica das terminologias utilizadas para designar pessoas com deficiência entre os anos de 1886 e 1981. Observa-se que, nos períodos mais antigos, predominavam classificações marcadas por termos pejorativos e fortemente influenciados por concepções médicas e biológicas, como “idiota”, “imbecil” e “subnormal”. Essas denominações refletiam uma visão reducionista da deficiência, centrada nas limitações individuais e na idéia de incapacidade.

Com o passar das décadas, percebe-se a ampliação das categorias e o surgimento de novas nomenclaturas relacionadas às dificuldades de aprendizagem e às condições específicas, como dislexia e autismo. Esse processo evidencia a gradual mudança nas formas de compreender a deficiência e suas implicações educacionais.

Segundo Jannuzzi (2006), as terminologias utilizadas ao longo da história refletem os contextos sociais, científicos e culturais de cada período, revelando também as concepções predominantes sobre deficiência. Nesse sentido, a evolução dessas nomenclaturas demonstra a transição de um modelo médico e classificatório para perspectivas mais educacionais e inclusivas. Assim, observa-se que as mudanças terminológicas acompanham transformações nas políticas educacionais e nas concepções de atendimento às pessoas com deficiência.

O percurso histórico da Educação Especial no Brasil revela um processo marcado por avanços graduais na garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. Inicialmente, predominava uma perspectiva assistencialista e segregadora, com atendimentos realizados em instituições especializadas e à margem do ensino regular.

De acordo com Brasil(1996), A Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu capítulo V, artigo 58, como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Isso posto, faz-se pertinente compreender, segundo a autora, queo atendimento à pessoa com deficiência durante longo período foi caracterizado como:

Umconsenso social pessimista, fundamentado essencialmente na idéia de que a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” é uma condição imutável, leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população. (MAZZOTA, 1982, p. 76).

De acordo com o autor, é evidente que, durante muito tempo, predominou na sociedade uma visão pessimista em relação às pessoas com deficiência. Essa concepção baseava-se na ideia de que a deficiência era uma condição permanente e imutável, o que levava à crença de que esses indivíduos não possuíam possibilidades de desenvolvimento ou participação ativa na sociedade. Como consequência, essa visão contribuiu para a negligência social e institucional, resultando na ausência ou na precariedade de políticas públicas, serviços educacionais e ações de inclusão voltadas para atender às necessidades específicas dessa população.

Dessa forma, a sociedade acabava reforçando processos de exclusão e marginalização, ao não reconhecer o potencial de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a crítica apresentada pelo autor destaca a importância de superar concepções deterministas e promover práticas sociais e educacionais mais inclusivas.

A história da Educação Especial no Brasil apresenta um processo de construção marcado por diferentes iniciativas e transformações ao longo do tempo. Inicialmente, as ações voltadas às pessoas com deficiência ocorreram de forma isolada, com caráter assistencial e filantrópico, principalmente a partir do século XIX.

Com o avanço das discussões educacionais e sociais, surgiram novas propostas voltadas ao atendimento e à garantia do direito à educação para esse público. Gradualmente, o Estado passou a assumir maior responsabilidade na criação de políticas e instituições voltadas à Educação Especial. Esses avanços contribuíram para a ampliação do atendimento educacional e para o fortalecimento das discussões sobre inclusão escolar. Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta alguns dos principais marcos históricos da Educação Especial no Brasil, evidenciando acontecimentos importantes nesse processo.

QUADRO2: Marcos histórico da Educação Especial no Brasil. **Fonte:** Adaptado de MAZZOTTA (1996).

Ano / Período	FATO HISTÓRICO
1854	Fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos por D. Pedro II (atual Instituto Benjamin Constant – IBC).
1857	Fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos , posteriormente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
1883	Realização do 1º Congresso de Instituições Públicas , discutindo currículo e formação de professores para cegos e surdos.
1900	Realização do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia , abordando a educação e o tratamento médico-pedagógico de pessoas com deficiência.

1920	Publicação do livro <i>Infância Retardada</i> , de Norberto de Souza Pinto , abordando questões relacionadas ao atraso no desenvolvimento infantil.
1950	Existência de aproximadamente 40 instituições de ensino especial mantidas pelo poder público no Brasil.
1957–1960	Criação das Campanhas Nacionais para educação e reabilitação de pessoas com deficiência (surdez, deficiência visual e deficiência mental).
1971	Instituição da lei sobre tratamento especial aos excepcionais e criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) .
1986	O CENESP passa a ser denominado Secretaria de Educação Especial (SESPE) .
1990–1992	Reestruturação do MEC e reorganização administrativa da educação especial, culminando com a retomada da Secretaria de Educação Especial .

O quadro apresenta alguns dos principais marcos históricos do desenvolvimento da Educação Especial no Brasil, evidenciando sua evolução institucional e política ao longo do tempo. De acordo com Mazzotta (1996), as primeiras iniciativas ocorreram ainda no século XIX, com a criação de instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência visual e auditiva. Inicialmente, essas ações eram isoladas e possuíam caráter assistencial ou filantrópico. Com o passar dos anos, congressos e produções científicas contribuíram para ampliar as discussões sobre educação e tratamento das pessoas com deficiência. A partir da década de 1950, observa-se uma maior participação do Estado por meio da criação de campanhas nacionais e instituições especializadas.

Nos anos seguintes, surgiram políticas públicas voltadas à expansão do atendimento educacional especializado em todo o território nacional. Além disso, a criação de órgãos administrativos no Ministério da Educação evidenciou a tentativa de organizar e sistematizar essa modalidade de ensino. Nas décadas finais do século XX, intensificaram-se debates sobre integração e inclusão escolar. Esses movimentos buscaram superar modelos segregadores e promover maior participação das pessoas com deficiência no sistema educacional. Dessa forma, a trajetória apresentada no quadro revela a passagem de iniciativas isoladas para políticas educacionais mais amplas e estruturadas.

A educação especial, no Brasil, instituiu-se e expandiu-se por meio de instituições privadas de caráter filantrópico, através da iniciativa de familiares onde havia membros deficientes. Teve seu início no período Colonial em 1600, com a criação de uma instituição particular especializada na área de deficiência física, junto à Santa Casa de Misericórdia em São Paulo (MENDES, 2006).

Para Sassaki (1997), Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando seu papel, antes restrito

ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente, como suporte à escola regular no recebimento deste alunado.

Desta forma, a educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual.

2.2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial no Brasil é fundamentada por um conjunto de legislações e políticas públicas que buscam assegurar o direito à educação para pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ao longo do tempo, essas normas foram sendo construídas e aperfeiçoadas com o objetivo de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas de permanência e aprendizagem. Nesse contexto, a legislação educacional brasileira evidencia uma mudança significativa de paradigma, passando de uma concepção assistencialista e segregadora para uma perspectiva inclusiva, na qual a diversidade é reconhecida como parte constitutiva do ambiente escolar.

Um dos principais marcos legais nesse processo é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. O artigo 205 determina que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. No que se refere especificamente às pessoas com deficiência, o artigo 208 assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, a Constituição estabelece que “É dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988, art. 208).

Essa determinação representa um avanço significativo no reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência, uma vez que estabelece a

responsabilidade do poder público em garantir condições de acesso e participação no sistema educacional. A partir desse princípio constitucional, diversas políticas educacionais foram desenvolvidas com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva.

Outro importante instrumento legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, que organiza o sistema educacional brasileiro e dedica um capítulo específico à Educação Especial. De acordo com o artigo 58 da referida lei:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

Essa definição reforça a compreensão da Educação Especial como uma modalidade de ensino que deve perpassar todos os níveis e etapas da educação básica. Além disso, a legislação enfatiza a importância de oferecer recursos pedagógicos e serviços de apoio que favoreçam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Para Mantoan (2003), a inclusão escolar implica reconhecer que todos os alunos possuem potencial de aprendizagem e que a escola deve adaptar-se às necessidades dos estudantes, e não o contrário. Nesse sentido, a autora afirma:

A inclusão escolar não consiste apenas em colocar o aluno com deficiência na escola comum, mas em garantir que ele participe efetivamente das atividades escolares, aprendendo e desenvolvendo-se juntamente com os demais alunos. (MANTOAN, 2003, p. 24).

A reflexão apresentada pela autora reforça a necessidade de transformar as práticas pedagógicas e as estruturas escolares, de modo que a escola se torne um espaço capaz de acolher e valorizar a diversidade humana. Nesse sentido, a educação inclusiva pressupõe mudanças significativas na organização do ensino, nas metodologias utilizadas em sala de aula e na postura dos profissionais da educação. A escola deve assumir o compromisso de garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento, respeitando suas particularidades e ritmos de aprendizagem.

Dessa forma, torna-se fundamental que os professores adotem estratégias pedagógicas diversificadas, capazes de atender às diferentes necessidades presentes no contexto escolar. Além disso, a inclusão requer a oferta de recursos pedagógicos adequados, formação continuada dos docentes e a implementação de políticas educacionais que assegurem condições efetivas de participação e aprendizagem para todos os alunos. Assim, a construção de uma escola inclusiva envolve não apenas mudanças estruturais, mas também uma transformação cultural, pautada no respeito às diferenças e na promoção da equidade no processo educativo.

Outro documento de grande relevância para a consolidação da educação inclusiva no Brasil é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 pelo Ministério da Educação. Esse documento estabelece diretrizes para os sistemas de ensino, orientando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O documento destaca que:

A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e garantindo condições de acesso, participação e aprendizagem. (BRASIL, 2008, p. 10).

Neste sentido, a política reforça a idéia de que a educação inclusiva não deve ocorrer de forma paralela ao ensino regular, mas integrada a ele, garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao currículo escolar. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado deve atuar de maneira complementar ao ensino comum, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem. Essa integração contribui para a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis e acessíveis. Além disso, promove a participação ativa dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Assim, a inclusão passa a ser compreendida como um direito educacional fundamentado na igualdade de oportunidades e no respeito à diversidade.

Outro marco fundamental no campo legal é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa legislação representa um importante avanço na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, abrangendo

diversas áreas, como educação, trabalho, saúde e acessibilidade. No que se refere à educação, a lei estabelece que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.” (BRASIL, 2015, art. 27).

Essa determinação reforça o compromisso do Estado brasileiro com a construção de um sistema educacional inclusivo, no qual todos os indivíduos tenham garantidas condições de acesso e participação. Além disso, a legislação estabelece que nenhuma instituição de ensino pode recusar matrícula de estudantes com deficiência, devendo garantir os recursos e adaptações necessários para sua aprendizagem.

Nesse contexto, autores que discutem a inclusão educacional destacam a importância da legislação como instrumento de garantia de direitos. Segundo Sassaki (2010), a inclusão representa um processo de transformação social que busca eliminar barreiras que impedem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. O autor afirma que:

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 2010, p. 41).

Essa perspectiva evidencia que a inclusão não depende apenas da presença do aluno na escola, mas também da criação de condições adequadas para que ele possa participar plenamente das atividades educacionais. Isso implica garantir acessibilidade física, recursos pedagógicos apropriados, adaptações curriculares e metodologias de ensino que considerem as particularidades de cada estudante. Além disso, é fundamental investir na formação continuada dos professores, para que possam desenvolver práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente no ambiente escolar. A atuação conjunta da escola, da família e das políticas públicas também se torna essencial para assegurar o desenvolvimento educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, a inclusão passa a ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas educativas e das estruturas escolares.

Assim, na perspectiva da inclusão, a escola deve organizar-se de forma a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, valorizando

as diferenças como parte do processo educativo. Dessa maneira, busca-se construir um ambiente escolar mais democrático, equitativo e comprometido com a promoção dos direitos educacionais e sociais de todos os estudantes.

Diante desse conjunto de legislações e políticas públicas, percebe-se que a Educação Especial no Brasil tem avançado significativamente no sentido de promover uma educação mais democrática e inclusiva. No entanto, a efetivação desses direitos ainda representa um desafio para o sistema educacional, exigindo investimentos em formação docente, recursos pedagógicos e infraestrutura escolar. Assim, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre legislação, políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com o respeito à diversidade e com a garantia do direito à educação para todos.

No âmbito das Políticas de Interesse à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil, vale salientar a concepção de Educação Especial, apresentado no artigo 3º da Resolução CNE/CEB 02/2001:

Modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

Esse conceito destaca que a Educação Especial é uma modalidade da educação escolar organizada para atender estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, a proposta pedagógica deve garantir recursos, serviços e estratégias que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Tais serviços têm a função de apoiar, complementar ou suplementar o ensino regular, assegurando melhores condições de participação no ambiente escolar. Em alguns casos, podem também oferecer atendimentos específicos quando necessário. Dessa forma, o objetivo principal é promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos e garantir seu direito à educação.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece importantes direitos voltados à garantia da inclusão social das pessoas com

deficiência. No campo educacional, a lei determina que o sistema de ensino deve ser inclusivo em todos os níveis, assegurando igualdade de oportunidades no acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. Além disso, a legislação proíbe qualquer forma de discriminação ou recusa de matrícula em instituições de ensino públicas ou privadas. A LBI também assegura a oferta de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, profissionais de apoio e adaptações pedagógicas que favoreçam o processo de aprendizagem.

A lei busca garantir que os estudantes com deficiência participem efetivamente das atividades escolares e também destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as diferenças e valorizem a diversidade no ambiente educacional. Nesse sentido, a escola deve adaptar suas práticas para atender às necessidades de todos os alunos. Assim, a LBI fortalece a construção de um sistema educacional mais democrático e inclusivo. Como estabelece a legislação: “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.” (BRASIL, 2015, art. 27).

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A escola tem como princípio fundamental garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles que apresentam deficiência ou outras necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, a educação inclusiva pressupõe que a instituição escolar seja capaz de acolher a diversidade humana, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento de todos os sujeitos. A legislação brasileira assegura o direito à educação para todos, estabelecendo que nenhuma criança pode ser excluída do ambiente escolar. No entanto, apesar desse direito garantido por lei, ainda existem desafios significativos relacionados à efetivação da inclusão, especialmente no que se refere à preparação dos profissionais da educação para atender adequadamente esse público.

A inclusão escolar não depende apenas da presença do estudante com deficiência na escola, mas da existência de profissionais capacitados para lidar com as diferentes necessidades presentes no ambiente educacional. Nesse sentido, a formação docente torna-se um elemento fundamental para a efetivação de práticas

pedagógicas inclusivas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) destaca a importância da formação profissional para o exercício da docência e para o desenvolvimento da educação no país. Conforme estabelece a legislação:

A educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira. (BRASIL, 1996).

Essa perspectiva evidencia que a formação acadêmica deve preparar os profissionais para enfrentar os desafios presentes na realidade educacional, incluindo aqueles relacionados à inclusão escolar. Dessa forma, torna-se essencial que os cursos de formação docente abordem conteúdos voltados à Educação Especial e às práticas pedagógicas inclusivas, possibilitando aos futuros professores o desenvolvimento de competências necessárias para atuar em contextos educacionais diversos.

Além disso, é importante destacar que a inclusão escolar não é responsabilidade exclusiva do professor, mas de toda a comunidade escolar. Todos os profissionais que atuam no ambiente educativo devem possuir, ao menos, conhecimentos básicos sobre como acolher e interagir com estudantes que apresentam necessidades específicas.

Como ressalta Alves (2009), a construção de uma escola inclusiva depende do envolvimento de todos os profissionais que compõem a instituição escolar. Nesse sentido, o autor destaca que a sensibilização e a conscientização da equipe escolar são fundamentais para promover relações de respeito, convivência e valorização das diferenças.

Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo coletivo, no qual cada membro da instituição desempenha um papel importante na promoção de um ambiente educativo mais acessível e acolhedor. A atuação conjunta da equipe pedagógica contribui para que os estudantes com deficiência se sintam pertencentes ao espaço escolar, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de formação continuada dos profissionais da educação. Para que os professores possam atender

adequadamente às demandas da inclusão, é fundamental que tenham acesso a cursos de capacitação e atualização profissional.

De acordo com Alves (2009), não é possível exigir práticas pedagógicas inclusivas sem oferecer aos educadores os recursos e conhecimentos necessários para sua atuação. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à formação docente são essenciais para fortalecer a inclusão no contexto educacional. Além da formação continuada, a formação inicial também desempenha um papel central na preparação dos profissionais da educação, a formação do professor deve ocorrer em instituições de ensino superior que garantam condições adequadas para o desenvolvimento de conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais. “Somente a universidade poderá garantir, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, as condições acadêmico-científicas necessárias para uma formação docente de qualidade”. (ANTUNES, 2000, p. 178).

Essa afirmação evidencia a importância da universidade como espaço de construção do conhecimento e de preparação dos profissionais para atuar nos diferentes cenários educacionais. Nesse contexto, a formação docente deve contemplar não apenas conteúdos teóricos, mas também experiências práticas que permitam ao futuro professor compreender a diversidade presente no ambiente escolar.

Entretanto, observa-se que ainda existe uma carência significativa de profissionais especializados na área da Educação Especial. Em muitos casos, os cursos de formação e especialização oferecidos pelos sistemas de ensino são insuficientes para atender à demanda existente. Essa realidade evidencia a necessidade de ampliar as oportunidades de formação para os educadores, garantindo que tenham acesso a conhecimentos atualizados e estratégias pedagógicas adequadas para o atendimento de estudantes com deficiência.

Dessa forma, a formação docente constitui um elemento essencial para o fortalecimento da educação inclusiva. Quando os professores possuem conhecimentos teóricos e práticos sobre inclusão, tornam-se mais preparados para desenvolver metodologias diversificadas e promover um ambiente educacional mais acessível. Além disso, a capacitação profissional contribui para que os educadores compreendam melhor as necessidades dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis e comprometidas com o respeito à diversidade.

Portanto, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do compromisso coletivo de toda a comunidade escolar, bem como de investimentos contínuos na formação dos profissionais da educação. Somente por meio da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas será possível garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo seu pleno desenvolvimento.

2.4 PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ENSINO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental no cenário educacional contemporâneo, ao reconhecer o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Nesse contexto, as práticas docentes assumem papel central, uma vez que o professor é o principal mediador do processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular exige uma reorganização das práticas pedagógicas, bem como da estrutura e da cultura escolar. Não se trata apenas de garantir o acesso à escola, mas de assegurar a permanência, a participação e a aprendizagem significativa desses estudantes.

Conforme destaca Mantoan (2003), a inclusão escolar implica uma transformação profunda na concepção de ensino, superando práticas excludentes e promovendo a participação efetiva de todos os alunos. Dessa forma, o professor precisa desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis, capazes de atender às diferentes formas de aprender. Cada estudante apresenta características próprias, ritmos distintos e modos singulares de interação com o conhecimento, o que exige do docente uma postura pedagógica sensível à diversidade.

Nessa perspectiva, Sassaki (2010) afirma que a inclusão educacional pressupõe a adaptação da escola para eliminar barreiras e garantir a participação plena de todos os indivíduos. Entre as práticas docentes inclusivas, destaca-se o uso de metodologias ativas e diversificadas, que favoreçam múltiplas formas de aprendizagem. A utilização de recursos didáticos variados como: materiais

concretos, jogos pedagógicos, tecnologias assistivas e atividades colaborativas que contribui para tornar o processo educativo mais acessível e significativo. Além disso, o planejamento pedagógico deve contemplar adaptações curriculares, respeitando as potencialidades e limitações de cada aluno.

Outro aspecto essencial refere-se à avaliação da aprendizagem. No contexto da educação inclusiva, a avaliação deve assumir caráter contínuo, processual e formativo, tendo como objetivo acompanhar o desenvolvimento do estudante e orientar as intervenções pedagógicas. De acordo com Coll (2004), a avaliação deve considerar as particularidades dos alunos, valorizando seus avanços e promovendo estratégias que favoreçam a aprendizagem significativa.

Além das estratégias pedagógicas, a prática docente inclusiva envolve a construção de um ambiente escolar acolhedor, baseado no respeito, na empatia e na cooperação. O professor desempenha papel fundamental na promoção de relações sociais positivas, incentivando atitudes de solidariedade e valorização das diferenças. Nesse sentido, a inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas também ética e social.

A formação continuada dos professores constitui outro elemento indispensável para a efetivação da educação inclusiva. Trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais requer conhecimentos específicos sobre educação especial, práticas pedagógicas diferenciadas e recursos de acessibilidade.

De acordo com Libâneo (2013), a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo, que ultrapassa a formação inicial e se consolida ao longo da prática profissional. Nesse sentido, o autor também afirma que:

A formação profissional do professor não se encerra na formação inicial, devendo ser entendida como um processo contínuo de desenvolvimento, em que o docente amplia seus conhecimentos, revê suas práticas e constrói novas competências ao longo de sua atuação. (LIBÂNEO, 2013, p.27).

A partir dessa perspectiva, entende-se que a formação continuada é essencial para que o professor acompanhe as transformações educacionais e responda de forma adequada às demandas da educação inclusiva. No contexto do ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, essa formação permite ao docente desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, refletir criticamente

sobre sua prática e adaptar suas metodologias às diferentes realidades presentes na sala de aula. Assim, o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como um profissional reflexivo, capaz de promover uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa.

Além disso, é importante destacar a contribuição de Vygotsky, cuja teoria enfatiza o papel das interações sociais no processo de aprendizagem. “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam.” (VYGOTSKY, 1991, p. 97).

A partir dessa concepção, compreende-se que o desenvolvimento cognitivo não ocorre de forma isolada, mas é construído por meio das interações sociais e da mediação. Nesse sentido, o professor assume um papel fundamental como mediador do conhecimento, sendo responsável por criar estratégias pedagógicas que favoreçam a participação ativa dos alunos. No contexto da educação inclusiva, essa mediação torna-se ainda mais relevante, pois possibilita a construção de práticas que respeitem as diferenças e promovam a aprendizagem de todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais.

No âmbito das políticas públicas, a legislação brasileira assegura o direito à educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça a necessidade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, assegurando igualdade de oportunidades.

Diante desse cenário, evidencia-se que as práticas docentes são fundamentais para a efetivação da inclusão escolar. O professor, enquanto mediador do conhecimento deve desenvolver estratégias pedagógicas que atendam à diversidade presente na sala de aula, promovendo o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Portanto, a inclusão educacional não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve transformações nas práticas pedagógicas, na organização do ensino e nas concepções sobre educação. As práticas docentes inclusivas constituem, assim, um instrumento essencial para a construção de um sistema educacional mais democrático, equitativo e comprometido com o direito de todos à aprendizagem.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está fundamentado em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tendo como foco a análise dos desafios da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir da realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, localizada no município de Itaituba, no estado do Pará.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as experiências, percepções e práticas dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa qualitativa possibilita a análise de fenômenos sociais em sua complexidade, considerando o contexto em que estão inseridos. Nessa perspectiva, Minayo (2014) ressalta que esse tipo de abordagem permite interpretar significados, valores e relações que não podem ser quantificados, sendo especialmente adequada para estudos no campo educacional.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, enquanto a descritiva busca descrever características de determinada população ou fenômeno. Nesse sentido, o estudo busca compreender os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como descrever as práticas pedagógicas adotadas no contexto investigado.

No que se refere aos procedimentos técnicos, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fundamentar teoricamente a investigação. Conforme apontam Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e análise de produções científicas já existentes, como livros, artigos e documentos oficiais. Foram utilizados autores que discutem a Educação Especial, a inclusão escolar e a prática docente, como Saviani (2013), Sassaki (2010), Mantoan (2003), além de contribuições mais recentes que abordam os desafios da inclusão na educação básica.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, que, segundo Lakatos e Marconi (1992), consiste na coleta de dados diretamente no local

onde os fenômenos ocorrem. A investigação foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, no mês de fevereiro de 2026.

A amostra da pesquisa foi composta por seis servidores da instituição, selecionados por conveniência, considerando o acesso, a disponibilidade e a atuação direta desses profissionais no contexto educacional. Embora se trate de um número reduzido de participantes, a abordagem qualitativa não busca generalizações, mas sim a compreensão aprofundada da realidade estudada.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário misto, composto por questões fechadas e abertas. As questões fechadas possibilitaram a organização de dados objetivos, enquanto as questões abertas permitiram captar percepções, experiências e reflexões dos participantes acerca dos desafios da Educação Especial. O instrumento foi estruturado em três eixos: (1) perfil dos participantes; (2) condições de trabalho e estrutura escolar; e (3) práticas pedagógicas e desafios da inclusão.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos para descrição e interpretação das informações coletadas. As respostas das questões abertas foram organizadas em categorias temáticas, construídas a partir da recorrência e relevância dos conteúdos apresentados pelos participantes. Já os dados das questões fechadas foram sistematizados em quadros e tabelas, utilizando frequências e percentuais para auxiliar na interpretação dos resultados.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeitou os princípios de confidencialidade e anonimato dos participantes, garantindo que suas identidades não fossem reveladas. Todos os sujeitos foram informados sobre os objetivos da pesquisa e participaram de forma voluntária.

Neste sentido, a articulação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, aliada à abordagem qualitativa, possibilitou uma análise consistente dos desafios da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para a compreensão das práticas docentes e das condições reais de inclusão no contexto investigado.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros está localizada na Avenida Riomar Tapajós Virgulino Lages (23ª Rua), no bairro Bom Remédio, no município de Itaituba, estado do Pará. A instituição foi fundada em 21 de setembro de 1981, durante a gestão do então prefeito Altamiro Raimundo da Silva, inicialmente com a denominação de Escola Municipal de 1º Grau “Antônio Gonzaga Barros”, em homenagem ao ex-vereador que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município.

A escola possui como filosofia a formação integral do educando, contemplando os aspectos físicos, intelectuais, culturais e sociais, com base em princípios de respeito, solidariedade, participação e valorização da realidade sociocultural dos alunos. Essa concepção orienta as práticas pedagógicas, administrativas e políticas da instituição, visando garantir uma educação crítica e participativa.

No início de suas atividades, a escola contava com uma estrutura física simples, composta por duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha e um banheiro, atendendo a aproximadamente 245 alunos distribuídos em dois turnos. Ao longo dos anos, a instituição passou por um processo significativo de expansão, tanto em sua estrutura física quanto no número de matrículas e profissionais.

A partir da década de 1990, a escola ampliou suas modalidades de ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 1995, iniciou o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que, a partir de 2001, passou a desenvolver de forma mais sistemática o processo de educação inclusiva, alinhando-se às políticas públicas educacionais vigentes no país.

Atualmente, a instituição atende um total de **1.269 alunos**, distribuídos em turmas do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos manhã, tarde e noite. A escola dispõe de uma Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), organizada para atender estudantes com necessidades educacionais especiais, oferecendo suporte pedagógico complementar ao ensino regular.

O quadro funcional da escola é composto por 126 servidores, distribuídos entre professores, equipe gestora, técnicos educacionais, auxiliares administrativos, mediadores, cuidadores, intérprete de Libras e demais profissionais de apoio. No

que se refere à gestão, a escola está atualmente sob a direção de Antônio Carvalho Lima, tendo como vice-diretoras Hildete Araújo e Roseli Almeida, responsáveis pela condução das atividades administrativas e pedagógicas no triênio vigente.

No âmbito pedagógico, a instituição desenvolve suas ações a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Ação, elaborados coletivamente com a participação da comunidade escolar durante a semana pedagógica. Esses documentos orientam as metas e estratégias educacionais, com foco na melhoria da qualidade do ensino e na promoção da inclusão escolar.

Em relação à infraestrutura, a escola possui um espaço físico estruturado para atender às demandas educacionais, incluindo 23 salas de aula, sala multifuncional para o AEE, cozinha com área de apoio, refeitório e banheiros distribuídos nos pavimentos térreo e superior. A instituição vem buscando adequar sua estrutura aos princípios da educação inclusiva, promovendo condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes.

Dessa forma, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros configura-se como um espaço educacional em constante processo de transformação, comprometido com a oferta de uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, apesar dos desafios inerentes à realidade educacional brasileira.

3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A amostra da pesquisa é composta por seis professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino. A faixa etária dos participantes varia entre 27 e 43 anos, o que evidencia um grupo heterogêneo em termos de experiência profissional e vivências pedagógicas.

No que se refere à formação acadêmica, todos os docentes possuem graduação em Pedagogia, atendendo às exigências legais para o exercício da docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, observa-se que a maioria dos professores apresenta formação continuada em nível de pós-graduação, com especializações em áreas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, como alfabetização, letramento e práticas pedagógicas.

No contexto da Educação Especial, identifica-se que parte dos docentes possui formação complementar voltada à inclusão escolar, o que demonstra

preocupação com a qualificação profissional para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. Entretanto, ainda se evidenciam lacunas na formação específica de alguns professores, o que pode representar um desafio para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar.

Esse perfil revela um corpo docente com formação inicial adequada e, em sua maioria, com investimento em formação continuada. Contudo, também aponta para a necessidade de ampliação de cursos e capacitações voltadas especificamente à Educação Especial e à educação inclusiva, considerando as demandas crescentes desse público no ensino regular.

Sendo assim, a análise do perfil dos participantes permite compreender que, embora haja avanços na qualificação docente, ainda persistem desafios relacionados à formação específica para atuação com alunos com deficiência. Tal realidade reforça a importância de políticas públicas voltadas à formação continuada, bem como o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas que atendam à diversidade presente no ambiente escolar.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA PESQUISA

A análise dos dados coletados junto aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental revela-se essencial para compreender as condições reais de efetivação da Educação Especial na perspectiva inclusiva no contexto escolar investigado. Os resultados evidenciam aspectos diretamente relacionados à formação docente, tanto inicial quanto continuada, à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados, ao apoio institucional oferecido pela equipe escolar e às condições estruturais da escola. Tais elementos influenciam significativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, bem como a capacidade dos professores de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas.

Dessa forma, os dados analisados permitem identificar não apenas os avanços já alcançados, mas, sobretudo, os desafios que ainda precisam ser superados para garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

A presença da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem se consolidado como uma realidade cada vez mais frequente no cotidiano escolar, exigindo dos docentes experiências práticas no atendimento à diversidade. Nesse contexto, compreender se os professores já tiveram contato direto com alunos público-alvo da Educação Especial torna-se fundamental para analisar o nível de familiaridade com a inclusão. Diante disso, questionou-se: Você já atuou ou atua com alunos público-alvo da Educação Especial? Justifique sua resposta.

Quadro 3: Você já atuou ou atua com alunos público-alvo da Educação Especial? Justifique sua resposta. **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Sim, atualmente tenho dois alunos com TEA na turma.
P2	Sim, já trabalhei com aluno com deficiência intelectual.
P3	Sim, já atuei com estudante com TDAH e autismo.
P4	Não, ainda não tive experiência direta.
P5	Sim, trabalho com aluno com deficiência física.
P6	Sim, já acompanhei aluno com altas habilidades.

A partir das respostas obtidas junto aos docentes, observa-se que a maioria dos professores participantes da pesquisa já possui experiência com alunos público-alvo da Educação Especial. Dos seis docentes entrevistados, cinco afirmaram já ter atuado ou atuar diretamente com estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas, incluindo casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência física e altas habilidades/superdotação. Apenas um dos participantes relatou não possuir experiência direta com esse público.

Esse dado evidencia que a realidade da inclusão escolar já está presente no cotidiano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal cenário reforça a necessidade de que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de perfis presentes na sala de aula, considerando que a inclusão não é mais uma possibilidade, mas uma realidade concreta nas instituições de ensino.

Nesse sentido, a atuação dos professores dos anos iniciais com alunos da Educação Especial é respaldada por fundamentos teóricos e legais. Conforme destaca Mantoan (2003), todos os alunos têm direito de aprender juntos, e cabe à escola, especialmente, ao professor desenvolver práticas pedagógicas que garantam a participação e a aprendizagem de todos. A autora enfatiza que o ensino regular deve se adaptar às necessidades dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

De modo complementar, Sassaki (2010) afirma que a inclusão implica a reorganização da escola para eliminar barreiras e possibilitar a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas condições. Nesse contexto, o professor dos anos iniciais assume papel fundamental, pois é responsável por mediar o processo de aprendizagem em uma fase crucial do desenvolvimento educacional, sendo necessário que esteja preparado para atender à diversidade presente em sala de aula.

A variedade de situações apresentadas pelos docentes (TEA, TDAH, deficiência física, intelectual e altas habilidades) demonstra que a inclusão escolar exige do professor não apenas conhecimento teórico, mas também flexibilidade pedagógica, sensibilidade e capacidade de adaptação das práticas de ensino. Além disso, evidencia-se a importância da formação continuada, visto que diferentes necessidades demandam estratégias diferenciadas.

Portanto, os dados revelam que os professores já estão inseridos no contexto da educação inclusiva, ainda que nem todos possuam a mesma experiência ou formação específica. Isso reforça a necessidade de investimentos em capacitação docente e no fortalecimento de políticas públicas que apoiem a prática pedagógica inclusiva, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa fundamental para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

A formação inicial docente desempenha papel essencial na preparação dos professores para lidar com as demandas da inclusão escolar, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas voltadas aos alunos com necessidades educacionais específicas. Entretanto, há indícios de lacunas na formação oferecida pelos cursos de licenciatura, o que pode impactar diretamente a atuação em sala de aula. Nesse sentido, buscou-se investigar: Você considera que recebeu formação inicial adequada para trabalhar com Educação Especial?

Quadro4 : Você considera que recebeu formação inicial adequada para trabalhar com Educação Especial? Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Não
P2	Parcialmente
P3	Não
P4	Parcialmente
P5	Não
P6	Parcialmente

Ao examinar as respostas dos docentes, percebe-se que a formação inicial voltada à Educação Especial ainda se apresenta como insuficiente ou apenas parcialmente adequada para a maioria dos participantes. Nenhum dos professores afirmou ter recebido formação plenamente satisfatória, sendo que três indicaram não ter tido preparação adequada, enquanto os outros três consideraram essa formação apenas parcial.

Esse resultado evidencia fragilidades nos cursos de formação inicial, especialmente no que se refere à preparação dos futuros professores para atuar em contextos inclusivos. Considerando que a inclusão escolar é uma realidade presente nas salas de aula, torna-se essencial que os cursos de licenciatura contemplem conteúdos e práticas voltadas ao atendimento da diversidade.

Nesse sentido, Glat (2007) destaca que a formação inicial dos professores, em muitos casos, ainda não prepara adequadamente para o trabalho com alunos

com deficiência, o que gera insegurança e dificuldades na prática pedagógica. A autora ressalta a necessidade de reformulação curricular nos cursos de formação docente, com a inclusão de conteúdos específicos sobre Educação Especial e inclusão escolar.

De forma complementar, Stainback (1999) defendem que a formação docente deve ser orientada para a inclusão, preparando os professores para ensinar todos os alunos em ambientes heterogêneos. Para os autores, a escola inclusiva exige profissionais capazes de adaptar suas práticas e promover a participação de todos os estudantes.

Considerando este cenário, os dados revelam que a deficiência na formação inicial constitui um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva. Tal cenário reforça a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de licenciatura, bem como o fortalecimento da formação continuada, a fim de garantir que os professores estejam preparados para atuar com alunos público-alvo da Educação Especial.

A formação continuada constitui um elemento indispensável para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que possibilita ao professor atualizar conhecimentos e desenvolver novas estratégias de ensino. No entanto, sua efetivação depende de políticas institucionais consistentes e de ações sistemáticas no ambiente escolar. Assim, visando compreender essa realidade, indagou-se: A escola oferece formação continuada voltada à Educação Inclusiva? Justifique sua resposta.

Quadro5 : A escola oferece formação continuada voltada à Educação Inclusiva? Justifique sua resposta. **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Às vezes, geralmente em encontros pedagógicos.
P2	Nunca houve formação específica sobre inclusão.
P3	Sempre temos palestras sobre o tema.
P4	Às vezes, mas não com frequência suficiente.
P5	Nunca, apenas orientações gerais.
P6	Às vezes, quando há parceria com a SEMED.

Os dados coletados junto aos docentes revelam que a oferta de formação continuada voltada à Educação Inclusiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros ocorre de maneira esporádica e pouco sistematizada. Dos seis professores participantes, apenas um afirmou que há

formações frequentes, por meio de palestras, enquanto a maioria indicou que essas ações acontecem ocasionalmente, geralmente em encontros pedagógicos ou por meio de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Além disso, dois docentes relataram não ter participado de nenhuma formação específica sobre inclusão.

Esses dados evidenciam que, embora existam iniciativas pontuais, a formação continuada ainda não se configura como uma política permanente no contexto da escola investigada. Tal realidade pode impactar diretamente a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que a ausência de formação específica limita o desenvolvimento de estratégias adequadas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, a literatura educacional destaca a importância da formação continuada como elemento fundamental para a efetivação da inclusão escolar. Conforme ressalta Libâneo (2013), a formação docente deve ser compreendida como um processo permanente, no qual o professor amplia seus conhecimentos, reflete sobre sua prática e desenvolve novas competências ao longo de sua atuação profissional.

De forma complementar, Mantoan (2003) enfatiza que a construção de uma escola inclusiva exige mudanças nas práticas pedagógicas e na organização do ensino, o que só é possível por meio da formação adequada dos professores.

Diante desse cenário, percebe-se que a fragilidade na oferta de formação continuada constitui um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva na escola pesquisada. Torna-se, portanto, fundamental que haja maior investimento em políticas de formação docente, garantindo que os professores tenham acesso a conhecimentos atualizados e estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes.

A garantia de recursos pedagógicos adaptados é condição fundamental para a efetivação da inclusão escolar, pois possibilita o acesso ao currículo e favorece a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Special. Contudo, a ausência ou insuficiência desses recursos pode comprometer significativamente o processo educativo. Diante dessa perspectiva, levantou-se a seguinte questão: A escola dispõe de recursos pedagógicos adaptados suficientes para atender os alunos da Educação Especial?

Quadro6 :A escola dispõe de recursos pedagógicos adaptados suficientes para atender os alunos da Educação Especial? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Não, faltam materiais adaptados.
P2	Parcialmente, temos poucos recursos.
P3	Não, precisamos improvisar muitas atividades.
P4	Parcialmente, há sala de AEE, mas com limitações.
P5	Sim, a escola oferece alguns materiais específicos.
P6	Parcialmente, ainda precisa melhorar.

A análise das respostas dos professores evidencia que a escola ainda enfrenta limitações significativas no que se refere à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados para atender alunos com necessidades educacionais especiais. A maioria dos docentes apontou que os materiais são insuficientes ou apenas parcialmente disponíveis, sendo necessário, em muitos casos, improvisar estratégias e adaptar atividades de forma autônoma para atender às demandas dos estudantes.

Observa-se que, embora exista a presença da Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), os recursos disponíveis ainda não são suficientes para suprir todas as necessidades do público atendido. Apenas um dos participantes indicou que a escola dispõe de alguns materiais específicos, enquanto os demais destacaram carências estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação de práticas inclusivas mais consistentes.

Essa realidade revela que a inclusão escolar vai além da matrícula do aluno com deficiência, exigindo condições materiais adequadas para garantir sua aprendizagem. Conforme destaca Prieto (2006), a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis é fundamental para assegurar a participação efetiva dos estudantes, sendo responsabilidade da escola e do sistema educacional promover tais condições.

De forma complementar, Mittler (2003) enfatiza que a inclusão depende da eliminação de barreiras, incluindo aquelas relacionadas à falta de recursos e materiais adequados. Para o autor, a ausência desses elementos compromete o acesso ao currículo e limita as possibilidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, é notório que a insuficiência de recursos pedagógicos adaptados constitui um entrave importante para a consolidação da educação inclusiva na escola pesquisada. Torna-se necessário, portanto, ampliar os

investimentos em materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas e suporte pedagógico, de modo a garantir condições mais equitativas de ensino e aprendizagem.

Os desafios enfrentados pelos professores no contexto da Educação Especial refletem a complexidade da inclusão escolar, envolvendo fatores pedagógicos, estruturais e sociais que impactam diretamente o trabalho docente. Identificar essas dificuldades é essencial para compreender as limitações existentes e propor melhorias no processo educativo. Dessa forma, buscou-se conhecer: Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos da Educação Especial nos anos iniciais?

Quadro7 : Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos da Educação Especial nos anos iniciais? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Falta de formação específica para lidar com diferentes deficiências.
P2	Turmas numerosas dificultam o atendimento individualizado.
P3	Escassez de recursos pedagógicos adaptados.
P4	Pouco apoio da família no acompanhamento escolar.
P5	Falta de profissionais especializados na escola.
P6	Dificuldade em adaptar o currículo às necessidades dos alunos.

A identificação dos principais desafios apontados pelos docentes revela um conjunto de fatores que dificultam a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar investigado. Entre os aspectos destacados, sobressaem a falta de formação específica, a presença de turmas numerosas, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, o pouco envolvimento da família, a ausência de profissionais especializados e a dificuldade na adaptação curricular.

Esses elementos evidenciam que os desafios da Educação Especial não estão restritos à sala de aula, mas envolvem questões estruturais, pedagógicas e sociais. A limitação na formação docente, por exemplo, compromete a capacidade do professor de desenvolver estratégias adequadas para atender à diversidade dos alunos. Da mesma forma, turmas numerosas dificultam o acompanhamento individualizado, essencial para o processo de inclusão.

A escassez de recursos pedagógicos adaptados e a falta de profissionais especializados, como mediadores e profissionais de apoio, também se configuram como obstáculos significativos. Além disso, a pouca participação da família no processo educativo pode impactar negativamente o desenvolvimento dos

estudantes, uma vez que a parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso da inclusão.

Nesse contexto, Mittler (2003) destaca que a inclusão escolar depende da superação de múltiplas barreiras, incluindo aquelas relacionadas à organização da escola, à formação dos professores e à disponibilidade de recursos. Para o autor, a construção de sistemas educacionais inclusivos exige mudanças estruturais e culturais que envolvem toda a comunidade escolar.

De forma complementar, Booth e Ainscow (2011) ressaltam que os desafios da inclusão estão diretamente ligados à necessidade de transformação das práticas pedagógicas, das políticas institucionais e das culturas escolares. Segundo os autores, a inclusão só se efetiva quando há um esforço coletivo para eliminar barreiras à aprendizagem e à participação.

Conota-se, que os desafios apontados pelos professores refletem uma realidade comum em muitas escolas brasileiras, onde a inclusão ainda enfrenta entraves relacionados à falta de condições adequadas para sua implementação. Assim, torna-se fundamental investir em formação docente, ampliação de recursos, reorganização das práticas pedagógicas e fortalecimento da parceria entre escola e família, visando garantir uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

A organização e adaptação da prática pedagógica são elementos centrais para a promoção da inclusão, exigindo do professor flexibilidade, criatividade e sensibilidade para atender às diferentes necessidades dos alunos. Nesse sentido, compreender as estratégias adotadas pelos docentes permite analisar como ocorre a mediação do ensino em contextos inclusivos. Assim, foi realizada a seguinte pergunta: Como você organiza e adapta sua prática pedagógica para promover a inclusão desses alunos?

Quadro8 : Como você organiza e adapta sua prática pedagógica para promover a inclusão desses alunos? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Utilizo atividades diferenciadas e adaptadas conforme a necessidade.
P2	Faço uso de recursos visuais e materiais concretos.
P3	Trabalho em grupos para promover interação.
P4	Simplifico conteúdos e utilizo linguagem acessível.
P5	Busco apoio do AEE para planejar atividades.
P6	Realizo acompanhamento individual quando possível.

Ao observar as estratégias pedagógicas relatadas pelos docentes, percebe-se um esforço significativo na adaptação das práticas de ensino para atender às necessidades dos alunos público-alvo da Educação Especial. As respostas indicam a utilização de metodologias diversificadas, como atividades adaptadas, uso de recursos visuais e materiais concretos, trabalho em grupo, simplificação de conteúdos, apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e acompanhamento individualizado.

Essas práticas evidenciam uma postura pedagógica flexível por parte dos professores, que buscam alternativas para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes. O uso de recursos visuais e materiais concretos, por exemplo, contribui para tornar o ensino mais acessível, especialmente para alunos com dificuldades de compreensão abstrata. Da mesma forma, o trabalho em grupo favorece a interação social e a aprendizagem colaborativa, aspectos fundamentais no contexto da inclusão.

A simplificação de conteúdos e o uso de linguagem acessível demonstram a preocupação dos docentes em adequar o ensino ao nível de compreensão dos alunos, enquanto o acompanhamento individualizado, ainda que limitado pelas condições de trabalho, evidencia o compromisso com o desenvolvimento de cada estudante. Além disso, o apoio do AEE aparece como um recurso importante para o planejamento de estratégias pedagógicas mais inclusivas.

Nesse contexto, Rodrigues (2006) destaca que a prática pedagógica inclusiva exige a diversificação das metodologias de ensino, de modo a contemplar diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Para o autor, o professor deve ser capaz de adaptar suas estratégias, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento.

De forma complementar, Perrenoud (2000) afirma que a competência docente está diretamente relacionada à capacidade de organizar situações de aprendizagem diferenciadas, considerando a heterogeneidade da turma. Segundo o autor, ensinar em contextos diversos requer do professor flexibilidade, criatividade e constante reflexão sobre sua prática.

Frente a esta realidade, percebe-se que, apesar das limitações estruturais e formativas, os professores buscam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas por meio de adaptações e estratégias diversificadas. Essa realidade evidencia o compromisso docente com a aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo em que

reforça a necessidade de melhores condições de trabalho e formação para potencializar essas práticas.

O trabalho colaborativo no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas, uma vez que o apoio da equipe pedagógica contribui para a construção de estratégias mais eficazes de ensino. A atuação conjunta entre professores, AEE, coordenação e demais profissionais fortalece o processo educativo e amplia as possibilidades de inclusão. Com base nisso, questionou-se: De que forma o apoio da equipe escolar contribui para o seu trabalho?

Quadro9 : De que forma o apoio da equipe escolar contribui para o seu trabalho? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	O AEE me orienta nas atividades adaptadas.
P2	O AEE auxilia na elaboração de atividades adaptadas.
P3	A coordenação pedagógica orienta no planejamento.
P4	O cuidador ajuda na rotina do aluno.
P5	A equipe contribui com reuniões de acompanhamento.
P6	O apoio é limitado, mas ajuda na organização.

No que se refere ao apoio da equipe escolar, os dados indicam que esse suporte desempenha um papel relevante no desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas, embora ainda apresente limitações. As respostas dos docentes evidenciam a atuação de diferentes profissionais, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a coordenação pedagógica, cuidadores e a equipe escolar de modo geral, contribuindo para o planejamento, adaptação de atividades e acompanhamento dos alunos.

O AEE aparece como um dos principais elementos de apoio ao professor, auxiliando na elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas e oferecendo orientações específicas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, a coordenação pedagógica também é mencionada como importante suporte no planejamento das atividades, contribuindo para a organização do trabalho docente.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação dos cuidadores, que colaboram na rotina dos alunos, especialmente no que diz respeito ao apoio nas atividades diárias, favorecendo a permanência e participação desses estudantes no ambiente escolar. As reuniões de acompanhamento também foram destacadas como espaços

de diálogo e troca de informações entre os profissionais, fortalecendo o trabalho coletivo.

Entretanto, um dos participantes apontou que esse apoio ainda é limitado, o que demonstra que, embora exista uma rede de suporte, ela nem sempre atende plenamente às demandas da inclusão escolar. Essa limitação pode comprometer a eficácia das práticas pedagógicas e sobrecarregar o professor em suas atribuições.

Nesse contexto, Voltolini (2011) destaca que o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola é fundamental para a construção de práticas inclusivas, uma vez que a inclusão não deve ser responsabilidade exclusiva do professor, mas de toda a equipe escolar.

De forma complementar, Almeida (2012) enfatiza que o apoio institucional e pedagógico é essencial para que o docente consiga desenvolver estratégias adequadas, sendo necessário um trabalho articulado entre professores, especialistas e demais profissionais da educação.

Diante disso, observa-se que o apoio da equipe escolar contribui significativamente para o trabalho docente, especialmente quando há colaboração entre os diferentes profissionais. No entanto, também se evidencia a necessidade de fortalecimento dessa rede de apoio, garantindo maior integração e suporte contínuo, a fim de promover uma educação inclusiva mais eficaz e de qualidade.

A avaliação da aprendizagem no contexto da Educação Especial requer uma abordagem diferenciada, que considere as especificidades dos alunos e valorize seus avanços individuais. Nesse cenário, torna-se necessário compreender como os professores conduzem esse processo avaliativo em práticas inclusivas. Dessa maneira, investigou-se: Como você avalia o processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial?

Quadro 10: Como você avalia o processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Avalio de forma individualizada, respeitando o ritmo do aluno.
P2	Considero o progresso diário e não apenas provas.
P3	Utilizo observação contínua.
P4	Avalio por meio de atividades práticas.
P5	Adapto instrumentos de avaliação.
P6	Levo em consideração aspectos sociais e emocionais.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, as respostas dos docentes evidenciam uma abordagem predominantemente flexível, contínua e centrada nas particularidades de cada estudante. Os professores destacam a utilização de estratégias diversificadas, como avaliação individualizada, observação contínua, valorização do progresso diário, uso de atividades práticas, adaptação de instrumentos avaliativos e consideração dos aspectos sociais e emocionais no processo de aprendizagem.

Essas práticas demonstram uma compreensão ampliada da avaliação, que vai além de métodos tradicionais baseados exclusivamente em provas e resultados quantitativos. A valorização do desenvolvimento individual e do processo de aprendizagem indica uma postura pedagógica alinhada aos princípios da educação inclusiva, na qual se reconhece que os alunos aprendem de maneiras distintas e em ritmos diferenciados.

A observação contínua e a análise do progresso diário permitem ao professor acompanhar de forma mais precisa o desenvolvimento do aluno, possibilitando intervenções pedagógicas mais adequadas. Além disso, a adaptação dos instrumentos avaliativos evidencia a preocupação em tornar o processo avaliativo mais acessível e justo, respeitando as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto, Hoffmann (2001) defende que a avaliação deve ser entendida como um processo mediador, voltado para a compreensão do desenvolvimento do aluno e para a promoção da aprendizagem, e não apenas como um instrumento de classificação. Para a autora, avaliar implica acompanhar, orientar e intervir no processo educativo de forma contínua.

De forma complementar, Luckesi (2011) destaca que a avaliação deve assumir um caráter diagnóstico e formativo, possibilitando identificar dificuldades, potencialidades e avanços dos alunos. Segundo o autor, uma avaliação inclusiva deve considerar o sujeito em sua totalidade, respeitando suas condições individuais e promovendo seu desenvolvimento integral.

Contudo, percebe-se que os professores buscam desenvolver práticas avaliativas mais inclusivas, coerentes com as necessidades dos alunos. Contudo, tais práticas exigem formação adequada e condições de trabalho que possibilitem sua efetivação de forma mais sistemática. Assim, a avaliação da aprendizagem, quando realizada de maneira contínua e adaptada, torna-se um importante

instrumento para a promoção da inclusão escolar e para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

A efetivação da inclusão escolar enfrenta diversos obstáculos que vão além da sala de aula, envolvendo aspectos institucionais, estruturais e atitudinais que dificultam sua consolidação. Compreender esses fatores é essencial para a construção de uma educação mais equitativa e acessível. Assim, buscou-se identificar: Em sua opinião, quais fatores dificultam a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais?

Quadro 11: Em sua opinião, quais fatores dificultam a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Falta de formação continuada.
P2	Turmas superlotadas.
P3	Falta de recursos pedagógicos.
P4	Ausência de equipe multiprofissional.
P5	Falta de apoio das políticas públicas.
P6	Resistência de alguns profissionais à inclusão.

A análise das respostas evidencia que a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos entraves no contexto escolar investigado. Entre os fatores apontados pelos docentes, destacam-se a ausência de formação continuada, a superlotação das turmas, a escassez de recursos pedagógicos, a falta de equipe multiprofissional, o insuficiente apoio das políticas públicas e a resistência de alguns profissionais frente à proposta inclusiva.

Esses elementos revelam que os desafios da inclusão vão além da prática pedagógica, envolvendo dimensões estruturais, institucionais e atitudinais. A ausência de formação continuada, por exemplo, limita o desenvolvimento de competências docentes necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula. Já as turmas superlotadas dificultam o acompanhamento individualizado, comprometendo a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

A carência de recursos pedagógicos e de uma equipe multiprofissional composta por psicólogos, fonoaudiólogos e outros especialistas também impacta diretamente a implementação de práticas inclusivas. Além disso, a falta de apoio efetivo das políticas públicas evidencia fragilidades na garantia de condições adequadas para a inclusão escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à resistência de alguns profissionais, o que demonstra que a inclusão ainda enfrenta barreiras de ordem cultural e conceitual dentro do próprio ambiente escolar. Essa resistência pode estar relacionada à falta de preparo, insegurança ou até mesmo à permanência de concepções tradicionais de ensino.

Nesse contexto, Carvalho (2004) destaca que a inclusão escolar depende da superação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, sendo necessário repensar as práticas educativas e as concepções sobre ensino e aprendizagem. A autora enfatiza que a mudança de atitudes é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

De forma complementar, Ainscow (2011) afirmam que a inclusão exige transformações nas culturas, políticas e práticas escolares, sendo essencial identificar e eliminar as barreiras que impedem a participação e a aprendizagem de todos os alunos.

A partir disso, observa-se que a efetivação da inclusão escolar requer ações integradas que envolvam investimentos em formação docente, melhoria das condições estruturais, ampliação de recursos e fortalecimento das políticas públicas. Além disso, torna-se indispensável promover mudanças nas atitudes e concepções dos profissionais da educação, visando consolidar uma cultura escolar mais inclusiva, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem de todos.

A construção de uma educação inclusiva de qualidade demanda a implementação de melhorias que atendam às necessidades dos alunos e ofereçam suporte adequado aos professores. Nesse contexto, ouvir os docentes sobre possíveis avanços contribui para o desenvolvimento de propostas mais eficazes no ambiente escolar. Portanto, levantou-se a seguinte questão: Que melhorias você considera necessárias para fortalecer a Educação Especial na sua escola?

Quadro 12: Que melhorias você considera necessárias para fortalecer a Educação Especial na sua escola? **Fonte:** Dados da Pesquisa (2026)

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	Investimento em formação continuada.
P2	Redução do número de alunos por turma.
P3	Ampliação de recursos pedagógicos adaptados.
P4	Contratação de mais profissionais especializados.
P5	Maior participação da família no processo escolar.
P6	Fortalecimento das políticas públicas de inclusão.

Ao considerar as sugestões apresentadas pelos docentes, observa-se um conjunto de propostas que visam fortalecer a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. Entre as melhorias apontadas, destacam-se a necessidade de investimento em formação continuada, a redução do número de alunos por turma, a ampliação de recursos pedagógicos adaptados, a contratação de profissionais especializados, o fortalecimento da participação da família e a consolidação de políticas públicas mais eficazes.

Essas proposições evidenciam que a construção de uma escola inclusiva depende de ações articuladas em diferentes níveis. A formação continuada dos professores, por exemplo, é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais qualificadas e sensíveis à diversidade. Da mesma forma, a redução do número de alunos por turma possibilita um acompanhamento mais individualizado, favorecendo o atendimento às necessidades específicas dos estudantes.

A ampliação de recursos pedagógicos adaptados e a presença de profissionais especializados, como mediadores e equipe multiprofissional, também são apontadas como essenciais para garantir condições adequadas de aprendizagem. Além disso, a participação da família no processo educativo surge como um elemento importante para o acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, fortalecendo a parceria entre escola e comunidade.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas públicas, evidenciando que a inclusão escolar depende de investimentos e ações governamentais que garantam suporte às instituições de ensino.

Nesse contexto, Mendes (2010) destaca que a efetivação da educação inclusiva exige investimentos em formação docente, recursos pedagógicos e organização do sistema educacional, de modo a atender às necessidades dos alunos com deficiência. A autora enfatiza que a inclusão não se concretiza apenas por meio de leis, mas por meio de condições reais de funcionamento das escolas.

De forma complementar, Mantoan (2006) afirma que a construção de uma escola inclusiva requer mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais, sendo necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar e o apoio das políticas públicas para garantir a participação e a aprendizagem de todos os alunos.

Nesse contexto, as melhorias apontadas pelos professores reforçam a compreensão de que a inclusão escolar é um processo contínuo, que demanda

investimentos, planejamento e compromisso coletivo. Assim, a adoção dessas medidas pode contribuir significativamente para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, equitativo e de qualidade

4.2 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A partir da análise dos dados coletados junto aos docentes, bem como das discussões teóricas apresentadas ao longo deste estudo, torna-se evidente a necessidade de implementação de intervenções pedagógicas e institucionais que contribuam para a efetivação da educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, as propostas a seguir visam minimizar os desafios identificados e promover melhorias nas práticas educativas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, no município de Itaituba-PA.

Inicialmente, destaca-se a importância da formação continuada dos professores, voltada especificamente para a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Essa formação deve contemplar aspectos teóricos e práticos, abordando estratégias pedagógicas diferenciadas, uso de tecnologias assistivas, adaptação curricular e avaliação inclusiva. Conforme Antônio Nóvoa (1992), a formação docente precisa ser compreendida como um processo permanente, centrado na reflexão sobre a prática, possibilitando ao professor reconstruir seus saberes e aprimorar sua atuação pedagógica.

Outra proposta relevante refere-se à redução do número de alunos por turma, especialmente em salas que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais. Essa medida favorece o acompanhamento individualizado e permite ao professor desenvolver práticas mais eficazes, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Além disso, é fundamental investir na ampliação e diversificação dos recursos pedagógicos adaptados, incluindo materiais concretos, jogos educativos, recursos visuais e tecnologias assistivas. Esses instrumentos contribuem para tornar o ensino mais acessível e significativo, favorecendo a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

A contratação e atuação de uma equipe multiprofissional também se configura como uma intervenção essencial. Profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e mediadores escolares podem oferecer suporte tanto aos

alunos quanto aos professores, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o fortalecimento das práticas inclusivas.

Outro ponto importante é o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo sua integração com o ensino regular. O AEE deve atuar de forma colaborativa com os professores, auxiliando no planejamento de atividades, na adaptação de conteúdos e na elaboração de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos.

Ademais, destaca-se a necessidade de promover ações que incentivem a participação da família no processo educativo, por meio de reuniões, orientações e acompanhamento sistemático. A parceria entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento dos alunos, especialmente no contexto da inclusão.

Por fim, ressalta-se a importância do fortalecimento das políticas públicas educacionais, com investimentos em infraestrutura, formação docente e recursos pedagógicos. Conforme Saviani (2008), a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições concretas oferecidas pelo sistema educacional, sendo responsabilidade do Estado garantir meios adequados para a efetivação do ensino.

Dessa forma, as propostas de intervenção aqui apresentadas evidenciam que a construção de uma educação inclusiva requer ações integradas, envolvendo professores, gestores, família, comunidade escolar e poder público. A implementação dessas medidas pode contribuir significativamente para a superação dos desafios identificados, promovendo uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem de todos os estudantes

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da Educação Especial na perspectiva inclusiva, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, configura-se como um desafio significativo no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, no município de Itaituba-PA. A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que, embora a inclusão escolar já esteja presente no cotidiano da instituição, sua consolidação ainda depende de múltiplos fatores que envolvem dimensões pedagógicas, estruturais, formativas e institucionais.

Os dados analisados revelaram que a maioria dos professores já possui experiência com alunos público-alvo da Educação Especial, o que demonstra que a diversidade é uma realidade concreta nas salas de aula. No entanto, também foi possível identificar fragilidades na formação inicial dos docentes, considerada insuficiente ou apenas parcialmente adequada para atender às demandas da inclusão. Tal cenário reforça a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de licenciatura, com maior ênfase em conteúdos e práticas voltadas à Educação Especial.

No que se refere à formação continuada, constatou-se que esta ocorre de maneira esporádica e pouco sistematizada, o que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais qualificadas. A ausência de políticas permanentes de formação compromete a atuação docente e dificulta a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Além disso, a insuficiência de recursos pedagógicos adaptados foi apontada como um dos principais entraves, obrigando os professores a improvisarem estratégias para atender às necessidades dos alunos.

Outro aspecto relevante diz respeito aos desafios enfrentados no cotidiano escolar, como turmas superlotadas, ausência de equipe multiprofissional, dificuldades na adaptação curricular e pouca participação da família no processo educativo. Esses fatores evidenciam que a inclusão escolar não depende apenas do professor, mas de um conjunto de condições que envolvem toda a comunidade escolar e o apoio das políticas públicas.

Apesar das limitações identificadas, observou-se que os docentes buscam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas por meio de estratégias diversificadas, como atividades adaptadas, uso de recursos visuais, acompanhamento individualizado e apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas

ações demonstram o compromisso dos professores com a aprendizagem dos alunos, mesmo diante de condições adversas.

O apoio da equipe escolar também se mostrou um elemento importante, embora ainda limitado, indicando a necessidade de fortalecimento do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação. Da mesma forma, as práticas avaliativas adotadas pelos docentes evidenciam uma abordagem mais flexível e inclusiva, baseada no acompanhamento contínuo e no respeito ao ritmo de aprendizagem dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de implementação de ações que promovam melhorias no contexto educacional, como investimentos em formação continuada, ampliação de recursos pedagógicos, redução do número de alunos por turma, contratação de profissionais especializados e fortalecimento da parceria entre escola e família. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas mais efetivas, que garantam condições adequadas para a consolidação da educação inclusiva.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva é um processo contínuo, que exige compromisso coletivo, planejamento e investimentos. A superação dos desafios identificados neste estudo é fundamental para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, respeitando suas diferenças e promovendo uma aprendizagem significativa. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para reflexões e ações que fortaleçam a Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo a construção de uma prática pedagógica mais equitativa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas e organização do trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALVES, Fátima. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para a inclusão escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Celso. **Professores e professo(a)s: reflexões sobre a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOOTH, Tony; AINSWORTH, Mel. **Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas**. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DOMINGUES, José. **Educação especial e inclusão escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HOFFMANN, Jussara. ***Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade***. Porto Alegre: Mediação, 2001.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. ***A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI***. Campinas: Autores Associados, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; ***Metodologia científica***. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. ***Didática***. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. ***Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições***. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. ***Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. ***O direito de ser, sendo diferente, na escola***. Campinas: UNICAMP, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. ***Educação especial no Brasil: história e políticas públicas***. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. ***Fundamentos da educação especial***. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, Enicéia Gonçalves. ***A educação especial no Brasil: história e políticas públicas***. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. ***Inclusão escolar: pontos e contrapontos***. São Paulo: Summus, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde***. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MITTLER, Peter. ***Educação inclusiva: contextos sociais***. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, Antônio. ***Os professores e a sua formação***. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. ***Dez novas competências para ensinar***. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRIETO, Rosângela Gavioli. ***Atendimento educacional especializado: políticas públicas e inclusão***. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, David. ***Educação inclusiva: com os pingos nos "is"***. Porto: Porto Editora, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Inclusão: acessibilidade e diversidade***. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Inclusão: construindo uma sociedade para todos***. Rio de Janeiro: WVA, 2ª Edição, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Inclusão: construindo uma sociedade para todos***. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. ***Educação: do senso comum à consciência filosófica***. Campinas: Autores Associados, 2008.

Saviani, Dermeval. ***História das ideias pedagógicas no Brasil***. Campinas: Autores Associados, 2013.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. ***Inclusão: um guia para educadores***. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VOLTOLINI, Rinaldo. ***Educação e inclusão: reflexões psicanalíticas***. São Paulo: Escuta, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. ***A formação social da mente***. São Paulo: Martins Fontes, 1991

ANEXO



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o trabalho de conclusão de curso-TCC, intitulado **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará.**

Acadêmica:RAIANE SILVA NUNES

Orientadora: Professora Esp. Edilane da Silva Melo

QUESTIONÁRIO

Dados do perfil dos participantes

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ anos.

Quanto tempo trabalha na educação: _____

Possui Especialização? _____

Qual? _____

1. Você já atuou ou atua com alunos público-alvo da Educação Especial?
Justifique sua resposta.
() Sim
() Não
2. Você considera que recebeu formação inicial adequada para trabalhar com Educação Especial?
() Sim
() Parcialmente
() Não
3. A escola oferece formação continuada voltada à Educação Inclusiva?
Justifique sua resposta.
() Sempre
() Às vezes
() Nunca
4. A escola dispõe de recursos pedagógicos adaptados suficientes para atender os alunos da Educação Especial?

- () Sim
- () Parcialmente
- () Não

5. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos da Educação Especial nos anos iniciais?

6. Como você organiza e adapta sua prática pedagógica para promover a inclusão desses alunos?

7. De que forma o apoio da equipe escolar (AEE, coordenação, cuidadores, entre outros) contribui para o seu trabalho?

8. Como você avalia o processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial?

9. Em sua opinião, quais fatores dificultam a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais?

10. Que melhorias você considera necessárias para fortalecer a Educação Especial na sua escola?

NUNES, Raiane Silva

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-Pará/ Raiane Silva Nunes. Itaituba: FAI, 2026.

59 Fls.

Orientadora: ProfªEdilane da Silva Melo, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2026.

1. Educação Especial. 2. Ensino Fundamental. I.MELO, Edilane da Silva .II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2026.